

DOI:10.4025/5cih.pphuem.1524

## Representações Identitárias da Instrução Escolar Brasileira. A Maçonaria nos Livros Didáticos.

Fernando da Silva Magalhães

Resumo: A historiografia tradicional apresentada pelos livros didáticos não contempla uma história social das idéias na acepção do termo; e bem distante passa da construção de uma história-problema, preocupada com a elaboração de um objeto de estudo comparativo que busque unificar o campo das “ciências do homem”. *É a multiplicação dos pontos de vista o que funda o poder da análise*, nos diz Revel (2002, p.47). Para um campo do saber que se pretende baseado em método, muito fica de fora na construção dos relatos históricos apresentados pelos livros didáticos adotados pelas escolas públicas brasileiras.

Em busca de um enriquecimento destes conteúdos, propomos uma leitura dos acontecimentos um pouco mais atenta à heterogeneidade dos grupos e personagens que compuseram a História do Brasil. Este trabalho de pesquisa tem como objetivo, portanto, recuperar uma corrente de pensamento e um grupo que a expressa socialmente ainda que de forma despercebida pela história tradicional que hoje se apresenta aos estudantes de história: os maçons e a sua relevante, porém pouco conhecida participação nos acontecimentos históricos. Analisaremos aqui, com este objetivo específico, a sua inserção nas páginas dos livros didáticos atuais.

Desta forma, entendemos que a compreensão da atuação da maçonaria enquanto *lócus* de sociabilidade e transmissão de novas idéias no espaço social<sup>1</sup> deve ser objeto de maiores estudos que ressaltem a relevância de sua participação nos acontecimentos históricos. Esta é a proposta deste estudo.

Aproveitando a oportunidade que se apresenta, no momento em que, nas escolas públicas, o Programa Nacional do Livro Didático, PNLD 2012, oferece ao corpo docente a escolha do livro didático a ser trabalhado nas salas de aula do ensino médio, elaboramos uma leitura analítica de 12 das 19 obras oferecidas para esta escolha na disciplina de História.

Buscamos analisar a inserção por parte dos autores, do tema “Maçonaria” em suas obras.

Para tanto, nos valem dos recursos teóricos de Barthes (1973), Veyne (1976), Foucault (1996) e Revel (2002), em suas abordagens e considerações, respectivamente, sobre *prazer, inventário das diferenças* e suas *constantes, sociedade de discurso e tempo social*.

Descobrimos que pouco ou quase nada se escreve sobre tal assunto, limitando-se, na totalidade das obras observadas, o tema a ser trabalhado em poucas linhas, no que tange à História do Brasil, repetidamente em um mesmo e único tópico, notadamente no tocante às Conjurações Baiana e Mineira, à Independência do Brasil e à “*questão religiosa*”, ao final do Segundo Império.

Quanto à História Geral, nada foi encontrado em todo o conjunto analisado.

A seguir, apresentamos o desenvolvimento das observações feitas, obra a obra.

Palavras-chave: Instrução Escolar, Maçonaria, Livros Didáticos.

“O historiador de hoje se vê obrigado a renunciar à ingenuidade metodológica e a refletir (se) nas condições de instauração de seu saber (...) A história que hoje se faz, deve passar do implícito ao explícito”.

(REVEL, 2002, p. 77; *apud* FURET, *L'histoire quantitative et la construction du fait historique*, em *L'Atelier de l'histoire*, Paris, 1982, pp.53-72).

No século XVIII, com a ascensão da burguesia e a difusão das idéias iluministas, a maçonaria desenvolveu-se e adquiriu prestígio na Europa. Aliada aos movimentos liberais, marcou presença efetiva nos grandes acontecimentos políticos. As revoluções Gloriosa, Americana e Francesa possuem fortes traços ideológicos e ampla participação de maçons entre suas lideranças. Na América Latina, teve papel decisivo nas lutas da independência e, no século XIX, nas lutas dos liberais contra os conservadores clericais, sobretudo no México, Colômbia e Chile. Na Itália, maçons participaram do movimento de unificação nacional (*Risorgimento*). Na Suíça, a Grande Loja Alpina defende desde 1847 os cantões protestantes contra a oposição dos cantões católicos. Na Bélgica e na Espanha do século XIX maçons combateram a influência da igreja. Foi na França, porém, que a maçonaria conquistou grande força política e de lá se irradiou para os países latinos. Seu período áureo começou depois de 1870, na III República. Infiltrada em todos os partidos políticos de centro, esquerda e direita, a maçonaria francesa dedicou-se a persistentes lutas contra a Igreja. Conseguiu a abolição do ensino religioso nas escolas, o divórcio, a expulsão das ordens e congregações (1902) e a separação de estado e igreja (1905). Só após a primeira guerra mundial a influência da maçonaria francesa começou a declinar. Em Portugal, as lojas maçônicas difundiram o pensamento liberal, propagaram os princípios da revolução francesa e, como a maçonaria francesa, combateram as ordens religiosas e o clero.

Há evidências documentadas da presença de maçons no Brasil desde o final do século XVIII<sup>2</sup>. Aqui o movimento assumiu as mesmas posições libertadoras que manifestara nas demais colônias americanas. A ideologia da inconfidência mineira coincidiu, de modo geral, com a da maçonaria da época. Quando se iniciou o ciclo das conspirações nordestinas, a rede de sociedades secretas formou a base das comunicações entre os núcleos de intelectuais influenciados pelas novas idéias européias.

Nas lutas pela independência e abolição da escravatura, a maçonaria passou a ser o centro mais ativo do trabalho de propaganda emancipadora. Sua proposta libertadora continuou até a república. Eram maçons ativos e atuantes José Bonifácio, Gonçalves Lêdo, Caxias, todos os intelectuais abolicionistas, Benjamin Constant, Rui Barbosa, Deodoro da Fonseca e todo o seu ministério, além de todos os presidentes da República Velha, dentre muitos outros.

A maçonaria brasileira foi regida por mais de vinte constituições, a última das quais aprovada em 24 de junho de 1990. A federação, denominada Grande Oriente do Brasil, permanece como autoridade suprema da maçonaria simbólica (os três primeiros graus). Há, contudo, uma profunda distinção entre as lojas que seguem o Rito Escocês Antigo e Aceito, que enfatiza a existência de um Ser Supremo (o Supremo Arquiteto do Universo), com o primado do espírito sobre a matéria, e o Rito Francês ou Moderno, de sete graus, professadamente laico e materialista. Além desses, há no Grande Oriente do Brasil os Ritos York, Schroeder, Adoniramita e Brasileiro. Portanto, não podemos falar em “Maçonaria”, e sim, em “Maçonarias no Brasil”<sup>3</sup>.

Desde a seminal obra de Maurice Agulhon, *Pénitents et Francs-Maçons de l'Ancienne Provence*, (Fayard, Paris, 1984), estabeleceu-se no campo historiográfico de pesquisa acadêmica um conjunto de proposições que se dedicam a reconstruir a pertinência de uma história política como nível de análise; estudando grupos sociais, como neste caso específico, a Maçonaria, através de suas formas de sociabilidade e seu potencial para a produção de novas estruturas sociais. Como nos aponta Jacques Revel, certas noções e

práticas que, antes, eram aceitas como evidentes, são, na contemporaneidade, objeto de um novo exame, “*que se interroga tanto sobre suas condições de possibilidade como sobre os sentidos com que estão investidos: é o caso da história global e da história nacional (...) reflexionadas sobre a construção e a natureza das identidades sociais, tanto de grupos quanto de indivíduos, sobre a interpretação de suas trajetórias e estratégias*” (REVEL, op.cit. p. 147).

A seguir, apresentamos uma análise comparativa das obras didáticas pesquisadas. Como se trata de material extenso, visando a não tornar enfadonha a abordagem a doze obras em seqüência, que por vezes se repetem, buscamos agrupa-las em blocos comparados, de acordo com as suas semelhanças e diferenças de abordagem ao tema “Maçonaria”, aqui compreendida como a *constante* deste nosso *inventário de diferenças* (VEYNE, 1976).

Na obra de Santiago (2010), encontramos a seguinte referência à maçonaria, como na maioria das demais obras pesquisadas, abordada no episódio da História do Brasil conhecido como *questão religiosa*.

“Em 1864, o Papa Pio IX promulgou uma bula na qual reafirmava a supremacia da Igreja em todos os âmbitos da sociedade e responsabilizava a maçonaria por práticas que enfraqueciam a fé católica. O objetivo era eliminar o poder que a instituição possuía dentro da Igreja em todo o mundo. Nesse sentido, a situação no Brasil era peculiar: muitos clérigos e o próprio imperador eram maçons (*Obs.: Equívoco do autor. D. Pedro II nunca foi maçom. Seu pai, Pedro I, sim*). A posição papal acabou gerando uma série de incidentes, sobretudo com o bispo de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Em 1872, ele proibiu a participação de clérigos na maçonaria, ameaçando-os de expulsão da hierarquia da Igreja.” (SANTIAGO, 2010, p. 179).

O trecho é seguido de um destaque, intitulado “Pare e pense”, onde o autor define a Maçonaria:

“Ninguém sabe ao certo quando teve início a maçonaria. Alguns especialistas apostam que suas origens estão na Idade Média, entre membros das corporações de ofício. O certo é que no século XVIII ela funcionava regularmente, chegando ao Brasil algumas décadas depois. Aqui no país seus membros (entre eles ministros, regentes, magistrados, intelectuais e mesmo um imperador) desempenharam papel político importante.

1. Faça uma pesquisa para saber:
  - a). O que é a maçonaria;
  - b). A atuação de seus membros durante o século XIX no Brasil;
  - c). Os principais acontecimentos em que a instituição esteve envolvida naquele período.
2. Faça um texto com o título: “A maçonaria no Brasil”.

Neste autor, apesar de verificarmos o exíguo espaço dado a análise da participação maçônica nos eventos históricos, observamos uma tentativa de reflexão e aprofundamento, no sentido da elaboração de um questionário de apoio, onde o estudante é instigado a buscar maiores dados a respeito da maçonaria. De todos os livros didáticos observados, este é o único que faz uso de tal recurso e, por isso, o apresentamos destacado dos demais que seguem abaixo.

Na seqüência, analisamos as obras de Moraes (2010), Vicentino (2010), Campos (2010) e Cotrim (2010). Em todas, a temática maçônica é, também, abordada no tocante ao evento histórico conhecido como “*questão religiosa*”. Podemos observar que os trechos em muito se assemelham entre si, no aspecto da construção e elaboração dos eventos. No entanto, em certas construções, podemos observar, como abaixo assinalamos, além de erros básicos de pesquisa historiográfica, como o que afirma ter sido D. Pedro II um maçom, uma maior ou menor tendência a relativizar os prejuízos políticos da Igreja, como instituição, no desenrolar dos eventos em pauta. As abordagens pouco se prendem às análises das estruturas políticas internacionais que ali se apresentam, atendo-se, na maioria dos casos, a tratar unicamente das

conseqüências imediatas do conflito no cenário nacional. No geral, apontam o governo do Império como o que sai mais prejudicado ao final do desenrolar dos acontecimentos, ao, de certa forma, como induz os textos, perder o apoio da instituição eclesiástica. É curioso que, em nenhum dos trechos, parece haver qualquer crítica no sentido de assinalar a ingerência de uma potência estrangeira, no caso o Vaticano, nos assuntos internos do Brasil.

“O conflito mais decisivo, denominado Questão Religiosa, ocorreu entre 1872 e 1875, e envolveu o bispo de Olinda, dom Vital de Oliveira, e o bispo do Pará, dom Antônio de Macedo Costa. Os religiosos posicionaram-se contra a maçonaria, proibindo suas manifestações e o ingresso de seus membros nas igrejas católicas. A monarquia não aceitou a atitude rebelde e processou os bispos, que eram funcionários do Estado, condenando-os à prisão. Entre 1874 e 1875, os bispos foram soltos e anistiados, mas o fato gerou um duplo problema para o governo, o que colaborou para isolá-lo um pouco mais, pois aumentou a impopularidade do Império e, principalmente, impulsionou o desejo de separação entre o Estado e a Igreja.” (MORAES, 2010, p. 190).

Observando o trecho acima, perguntamo-nos como o aluno vai compreender a inserção desta misteriosa entidade “maçonaria”, sem mais nem menos adentrando as linhas da obra.

Outrossim, o texto peca pela dubiedade ao seu final, parecendo dar a entender que, à Igreja, era interessante separar-se do Estado, desconsiderando assim uma das maiores bandeiras da maçonaria no século XIX e a razão maior de sua luta contra a Igreja: a laicidade do Estado.

“A bula papal que impedia membros da maçonaria de pertencer aos quadros da Igreja foi rejeitada pelo imperador – D. Pedro II, como o pai, era maçom – que acumulava o direito de ratificar ou não o cumprimento das ordens do papa no país. A maior parte dos religiosos permaneceu fiel ao imperador, porém os bispos de Olinda e de Belém preferiram acatar o papa e expulsaram de suas dioceses párocos ligados à maçonaria. O imperador decidiu punir os bispos rebeldes, processando-os e condenando-os à prisão com trabalhos forçados.” (VICENTINO, 2010, p.308.)

Mais uma vez, na única referência em toda a obra à maçonaria (mais de novecentas páginas distribuídas em três volumes), identificamos a repetição do mesmo erro. Farta documentação histórica atesta que D. Pedro II preferiu não iniciar-se na maçonaria, ao contrário do pai. Entretanto, questionamos: Se o autor; não sabemos a partir de quais fontes, acreditava que o próprio imperador fosse um maçom, como deixar de buscar um aprofundamento no entendimento do significado deste fato? Tal dado não teria maior relevância histórica a merecer mais do que um parágrafo de texto?

Em Campos (2010), a menção à chamada *Questão religiosa* é ainda mais superficial. Há menção à instituição do *padroado*, aqui colocado, na visão do autor, como o principal motivo da questão, a partir da recusa de Pedro II em aceitar as regras ditadas pela bula papal de 1864. Os acontecimentos restantes, onde os maçons são mencionados em apenas uma linha, são, ao que parece, meras conseqüências secundárias deste aspecto principal.

“Com a Independência, o padroado manteve-se como atribuição dos monarcas brasileiros. No entanto, em 1864, o papa Pio IX condenou em uma encíclica o que considerava os 80 erros que o mundo praticava contra a Igreja. Entre eles, o poder dos Estados sobre os documentos papais, a subordinação do clero à administração civil, a separação entre Igreja e Estado, e a participação de membros da Igreja em sociedades secretas, especialmente a maçonaria. No Brasil, D. Pedro II negou-se a aprovar a encíclica, o que, pelas regras do padroado, tornava-a sem validade. Os conflitos não tardaram a surgir. Alguns membros do clero, como o bispo de Olinda, resolveram seguir as recomendações papais e expulsaram das confrarias religiosas os representantes maçons. Um recurso à Coroa tornou nula a expulsão ordenada pelo bispo, que acabou preso em 1874.” (CAMPOS, 2010, p. 226).

Mais uma vez, a menção à maçonaria é superficial e não há interesse em explicar ao leitor a sua repentina inserção no contexto da obra.

Em Cotrim (2010), encontramos a mesma esquematização de idéias apresentada pelos autores anteriores. Há que se destacar, no entanto, neste autor, uma preocupação maior de inserir a temática da maçonaria no contexto da obra, a partir da apresentação de uma definição da instituição em um glossário definidor do termo.

“Desde o período colonial, a Igreja Católica era uma instituição submetida ao Estado, pelo regime do Padroado. Isso significava, entre outras coisas, que nenhuma ordem do papa poderia vigorar sem antes ter sido aprovada pelo imperador. Em 1872, no entanto, D. Vidal e D. Macedo, bispos de Olinda e de Belém, respectivamente, seguindo ordens do papa Pio IX, puniram religiosos ligados à maçonaria. D. Pedro II, atendendo a pedidos de grupos maçônicos, solicitou aos bispos que suspendessem as punições. Como eles se recusaram a obedecer ao imperador, foram condenados a quatro anos de prisão.

GLOSSÁRIO: Maçonaria. Sociedade antiga e parcialmente secreta que, utilizando-se de conhecimentos dos antigos construtores de templos (os maçons), tem como objetivo principal incentivar a fraternidade e a filantropia entre todos os seres humanos, sem distinção de cor, credo ou origem social.” (COTRIM, 2010, P. 287).

Figueira (2010) e Vainfas (2010), ao contrário dos autores já mencionados, apresentam de forma um pouco mais ampliada a maçonaria em duas páginas, relacionadas à *Conjuração Baiana* (Figueira), à *Independência do Brasil* (Vainfas) e à *questão religiosa* (ambos). Apesar de dedicar espaço e relevo ao tema, vainfas comete um erro grave em “A maçonaria no Brasil” (p. 153), ao confundir o Grande Oriente do Brasil, o poder central que reúne todas as lojas maçônicas do período com uma única loja.

“Uma loja maçônica, denominada *Cavaleiros da Luz*, funcionava em Salvador desde julho de 1797. Ponto de encontro das figuras da elite da cidade, a sociedade era o espaço em que se discutiam as idéias iluministas difundidas pela Revolução Francesa. Entre os freqüentadores das reuniões estavam o médico Cipriano Barata e o tenente Hermógenes Pantoja, integrantes do grupo que tramava a Conjuração Baiana. O governante de Lisboa já havia sido alertado, por seu representante na Bahia, sobre a difusão preocupante dos “abomináveis princípios revolucionários franceses” entre a população baiana.” (FIGUEIRA, 2010, p. 168).

“De acordo com a Constituição de 1824, a Igreja Católica estava subordinada ao Estado, que pagava os padres e nomeava os bispos. Nenhuma determinação do papa podia entrar em vigor no Brasil sem a aprovação do imperador. Em 1872, os bispos de Olinda e de Belém, dom Vidal Maria e dom Macedo Costa, foram presos e condenados por proibir a participação de maçons nas irmandades religiosas, como recomendava o papa. Três anos depois, os dois foram anistiados, mas a punição deixou claro que haviam dificuldades incontornáveis nas relações de dependência estabelecida entre a Igreja e o Estado.” (FIGUEIRA, op. cit., p. 222).

Apesar da original menção de Figueira à existência de uma loja maçônica em 1797 exercendo influência e participando da *Conjuração Baiana*, a obra não foge à regra. A Maçonaria é introduzida sem qualquer explicação ou contextualização no texto de forma bastante superficial, dificultando a compreensão por parte do leitor da efetiva participação desta instituição nos acontecimentos em tela.

Quanto a Vainfas, o que temos é uma descrição da origem da maçonaria no Brasil, seguida da mesma inserção dos autores anteriores, da maçonaria nos episódios da *questão religiosa*:

“A maçonaria no Brasil. A maçonaria é uma associação voluntária e secreta que se difundiu na primeira metade do século XVIII, a partir da Inglaterra para a Europa e a América. Seu caráter secreto a envolveu numa aura de mistério. A partir de 1750, a associação passou a ser um espaço de crítica e de discussão sobre a sociedade civil. No Brasil, a primeira loja maçônica (local de reunião dos maçons) surgiu, comprovadamente, em 1800, na futura cidade de Niterói, no Rio de Janeiro; era chamada *União*. Logo surgiram outras, em várias regiões. Em 1818, um alvará

proibiu o funcionamento das lojas maçônicas em todo o Império luso-brasileiro, mas elas não fecharam.

A loja mais destacada no período de independência foi a *Grande Oriente Brasileiro*, da qual José Bonifácio de Andrada e Silva foi grão-mestre (presidente). Nela ocorreram os debates políticos que influenciaram a separação de Brasil e Portugal. D. Pedro foi iniciado na maçonaria, recebendo o nome de *Guatimozin*, último imperador asteca. Em 4 de outubro de 1822, foi elevado a grão-mestre, e logo membros da maçonaria propuseram sua aclamação como Imperador do Brasil, fato que ocorreu em 12 de outubro.

A política do governo de D. Pedro I em restringir a liberdade de expressão fez com que esse tipo de associação fosse proibido em 1823. Mas as reuniões prosseguiram clandestinamente. Foram criadas novas lojas, de tendência tanto liberal quanto conservadora, que funcionavam como local de debates políticos. Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o funcionamento das lojas maçônicas foi liberado, mas elas já não tinham o peso político do período anterior. Continuaram a funcionar, mas ligadas a valores não políticos, como a filantropia, a beneficência, a sabedoria e a justiça.” (VAINFAS, 2010, p. 153).

À parte do já citado equívoco, ao confundir o nome da agremiação de lojas maçônicas com uma loja única, o autor procura contextualizar historicamente a instituição maçônica no cenário internacional, a partir de sua origem européia e posterior expansão para as Américas; bem como no cenário nacional, destacando sua importância na construção dos eventos articuladores do processo que culminou com a independência nacional. No entanto, não podemos nos furtar a destacar outra incongruência no texto acima, quando o autor faz menção, nas linhas finais do parágrafo, a perda do “peso político” da instituição maçônica quando de seu retorno às atividades, em 1831. Como esta afirmação se coaduna com o descrito no texto seguinte a mencionar a ordem maçônica, quando esta, em conflito com a igreja católica, ao final do segundo reinado, aparentemente, demonstra grande peso político? Seria realmente sem peso político uma instituição que possui como grão-mestre, sua liderança maior, o próprio presidente do Conselho de Ministros do Império?

“O início da crise começou com um discurso do padre Almeida Martins em uma loja maçônica no Rio de Janeiro, em 1872, homenageando o visconde do Rio Branco, então presidente do Conselho de Ministros e grão-mestre da maçonaria pela Lei do Ventre Livre. Na Europa, a maçonaria era marcadamente anticlerical. Mas, no Brasil, os eclesiásticos faziam parte desta organização, apesar de condenada pelo papa Pio IX desde 1865 como a responsável pela “impiedade do mundo”. Além disso, o *Concílio Vaticano I* (1869) decidiu desencadear uma grande campanha contra a maçonaria, proibindo a participação dos católicos, particularmente os eclesiásticos. O problema é que, no Brasil, diversos padres e governantes pertenciam à maçonaria.

O discurso publicado na imprensa repercutiu profundamente entre os altos membros da Igreja católica no Brasil. O padre acabou suspenso pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro de Lacerda. A maçonaria reagiu com dureza ao que considerou uma interferência da Igreja de Roma nessa instituição por meio do bispo.

Logo depois, ainda em 1872, outro conflito marcaria a *Questão Religiosa*. O jovem bispo D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, da cidade de Olinda, seguindo orientação de Roma, proibiu a participação de eclesiásticos em lojas maçônicas. Criou um jornal, *A União*, para combater a maçonaria no Brasil, interditou duas paróquias que se recusavam a expulsar os maçons e suspendeu o deão da catedral, simpatizante da maçonaria e líder do Partido Liberal em Pernambuco. Em reação, a tipografia do jornal *A União* foi saqueada e um sacerdote morto a facadas.

As bulas papais a respeito da maçonaria não haviam recebido a aprovação do imperador D. Pedro II. Portanto, sua aplicação era ilegal.

A Coroa tentou em vão acalmar os ânimos, pedindo a D. Vital que revogasse suas interdições. O bispo manteve-se irredutível, alegando que somente devia obediência ao papa. Foi preso e condenado a quatro anos de trabalhos forçados, em 1874. O mesmo destino foi dado ao bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa,

solidário ao colega de Olinda e também empenhado em combater os maçons. Ambos foram anistiados em 1875, graças a pressões de Roma e à intervenção do Duque de Caxias, então chefe do gabinete conservador que governava o Império. Mas as relações entre o império e a Igreja católica estavam definitivamente comprometidas. Ao sair da prisão, D. Antonio resumiu as conseqüências da crise dizendo que a Questão Religiosa abalara o trono, mas deixara o altar de pé. O bispo estava certo.” (VAINFAS, 2010, p. 292).

Cremos ser um tanto equívocado, para não dizer incorreto, em um livro didático, o autor emitir em seu texto, juízos de opinião do tipo “certo” ou “errado”, em relação a acontecimentos históricos. Infração ao *ritual*<sup>4</sup> (FOUCAULT, 1996) da escrita didática, inscrita em certos sistemas de restrição que regulam a forma e a ordem do discurso. Neste caso, ao afirmar que “o bispo estava certo” temos um posicionamento nesta área que não se coaduna com a proposta de um livro didático.

Alguns autores se debruçam sobre a maçonaria no Brasil inserindo-a em outros acontecimentos que não a questão religiosa especificamente. Curioso de assinalar é que, nestas demais obras, a referida *questão* não é associada à ordem maçônica, e sua influência no episódio não é reconhecida. Enfim, quando se trabalha com o tema maçônico em um determinado episódio histórico, apaga-se sua participação em outro, assinalado por outro autor.

Na seqüência, portanto, apresentamos as inserções de Pellegrini (2010), Berutti (2010), Azevedo (2010), Nogueira (2010) e Alves (2010).

Sobre o conflito de interesses diante da permanência de D. Pedro no Brasil, assinalamos Pellegrini a influência da ordem maçônica na formação, constituição, desenvolvimento e atuação do Partido Brasileiro, força política de acentuada influência no período em questão, assinalando a influência da maçonaria na passagem da Colônia ao Império:

“O partido brasileiro, por sua vez, tinha uma formação diversificada, que incluía grandes proprietários rurais, políticos conservadores, liberais radicais, republicanos, membros das camadas médias urbanas, ex-escravos e, também, vários portugueses estabelecidos no Brasil. Muitas dessas pessoas eram adeptas da Maçonaria. Os grupos que formavam o partido brasileiro uniram-se para combater a proposta de recolonização feita pelos deputados portugueses.” (PELLEGRINI, 2010, p. 238).

Na mesma página, há um destaque, com ilustração, explicando o que é a Maçonaria:

“Não existe um consenso sobre a origem da Maçonaria. Muitos estudiosos acreditam, porém, que ela tenha surgido durante a Idade Média, nas corporações de ofício que agrupavam pedreiros e arquitetos (*maçon*, em francês arcaico, significa “construtor”), os quais mantinham em segredo as técnicas de seu ofício. No século XVIII, os maçons passaram a participar ativamente da política, criticando o Absolutismo monárquico por meio da defesa dos ideais liberais inspirados pelo Iluminismo. No Brasil, o primeiro registro de uma loja maçônica, como são chamados os núcleos maçônicos, é de 1801, no Rio de Janeiro. No século XIX eles tiveram um importante papel na Independência do Brasil, combatendo o Absolutismo e o colonialismo. Foi nas lojas maçônicas que aconteceram os principais debates entre os líderes do partido brasileiro, mobilizando as forças políticas responsáveis pela Independência do Brasil.” (PELEGRINI, op. cit, ibid)

Apesar de correto, o texto parece “descolado” do restante da obra, por apresentar uma noção bem maior da importância da Maçonaria, do que no restante do livro, onde nada mais é mencionado à respeito da ordem maçônica.

Em outra obra, o autor Flávio Berutti insere a maçonaria em um outro evento, até então não assinalado por qualquer dos autores anteriores, a *conjuração mineira*, demonstrando através da elaboração da bandeira daquele movimento, e posterior pavilhão do Estado de Minas Gerais, a influência do movimento maçônico naquele episódio:

p. 169. “Para alguns estudiosos, o triângulo da bandeira da Conjuração Mineira representaria a Santíssima Trindade ou seria uma referência à Maçonaria. Originalmente, a cor do triângulo era verde. Mais tarde, quando se criou a bandeira

do estado de Minas Gerais, optou-se pela cor vermelha, que simbolizaria as revoluções e o sangue dos mártires.” (BERUTTI, 2010, p. 169).

Nesta obra, nem a independência nem a questão religiosa retratam a maçonaria. A única referência em todo o texto é feita quando da descrição do símbolo da conjuração mineira, que daria origem à bandeira do Estado de Minas Gerais. Ainda assim, é colocada uma certa dúvida quanto à origem maçônica da inspiração do desenho da bandeira, que poderia, também, ser de inspiração cristã, ficando no ar a dúvida sobre a efetiva influência da maçonaria nos episódios ali abordados.

Já em Azevedo (2010) encontramos outra referência à influência da maçonaria na história brasileira: A conjuração baiana. Citando maçons de influência política expressiva no período, o autor assinala também, paralelamente, uma das possíveis origens históricas da maçonaria em nosso país:

“Em meio a essa tensa situação social e política (A Conjuração Baiana), em novembro de 1796 chegou a Salvador o capitão Antoine René Larcher, que participara da Revolução Francesa de 1789. Durante o tempo em que permaneceu na Bahia, Larcher divulgou intensamente os princípios iluministas, propagando os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Simpatizantes dessas idéias passaram a se reunir com frequência nos arrabaldes da capital baiana. Desses encontros participavam inicialmente pessoas ligadas à elite, como o médico Cipriano Barata, o padre Francisco Agostinho Gomes e senhores de engenho da região do Recôncavo. Em 1797, alguns desses membros da elite criaram em Salvador uma sociedade secreta conhecida como *Cavaleiros da Luz*, empenhada em organizar um movimento republicano na Bahia. Para alguns historiadores, esse grupo seria o embrião de uma das primeiras lojas maçônicas do Brasil (veja a seção enquanto isso...)” (AZEVEDO, 2010, p. 237).

No trecho a seguir, o mesmo autor faz menção a um dos conflitos internos da maçonaria no século XIX mais importantes, no sentido do delineamento da atuação maçônica naquele período. Realmente, através da leitura dos conflitos estabelecidos entre as correntes político-ideológicas dos dois mais expressivos líderes maçônicos de então, José Bonifácio e Gonçalves Ledo, pode-se elaborar uma compreensão bem mais aprofundada dos eventos e acontecimentos que conformaram o processo de independência do Brasil. Infelizmente, apesar da menção ao fato, o aprofundamento do debate entre estes dois importantes personagens históricos não se fez.

p. 261. “Essa questão (A Independência do Brasil) vinha sendo discutida nas lojas maçônicas e passou a ser debatida também nos jornais. O debate deu origem a duas correntes de opinião: a de José Bonifácio, que propunha uma autonomia sem ruptura com Portugal; e a de Gonçalves Ledo, proprietário do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, que defendia o rompimento com Portugal.” (AZEVEDO, op. cit. p. 261).

De todo modo, das obras até aqui analisadas, esta é a que mais coerentemente apresenta a Maçonaria em seu texto, fazendo menção, ainda que superficialmente, à participação maçônica em alguns dos eventos revolucionários brasileiros, assinalando as correntes de pensamento díspares que conformavam a atuação maçônica no período e procurando dar uma visão do pensamento maçônico em sua ligação com o Iluminismo. Por fim, a de se destacar a inserção de um *box* ilustrado, na página 240 da mesma obra, que, ao lado de uma ilustração representando uma iniciação maçônica no século XVIII, reporta um pouco do simbolismo e ritualística próprias daquela instituição.

Outro autor, outra referência. Em Nogueira (2010) encontramos esta única e curiosa associação entre as ordens maçônica e carbonária. Curiosamente, o autor parece utilizar a citação à maçonaria apenas com o intuito de melhor explicar o que seria a carbonária, seu objeto maior de interesse:

“A semelhança entre a maçonaria e a carbonária incluía o aspecto espiritual e o político, pois ambas combatiam a intolerância religiosa e o Absolutismo. Os



carbonários inspiravam-se nos ideais iluministas e na Revolução Francesa; seu lema era “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Embora a Igreja Católica fosse um de seus inimigos, eles tinham um padroeiro, São Teobaldo. Além da Itália, a sociedade secreta dos carbonários também atuou na França, na Espanha e em Portugal.” (NOGUEIRA, 2010, p. 287).

Nesta obra, há certa confusão entre a carbonária e a maçonaria por parte do autor. Conflito este explicitado na afirmação de que esta sociedade atuou em vários países, sendo a carbonária uma sociedade revolucionária essencialmente italiana. Outros aspectos que geram confusão: Em outra parte do texto, que ocupa uma página inteira da obra, Garibaldi, o “herói de dois continentes”, é citado como carbonário, fato esse que não pode ser questionado, já que há considerável documentação na historiografia italiana que comprova o fato. Entretanto, o que o texto não cita, e seria mais relevante de mencionar em um livro que se dedica a explicar a história do Brasil, é que Giuseppe Garibaldi também era maçom, já que fora iniciado em Loja do Rio Grande do Sul, quando por aqui esteve. Por fim, um último equívoco por parte do autor não pode deixar de ser mencionado: na ilustração que se apresenta à mesma página 287, o símbolo representado na página, o Compasso, é maçônico, e não carbonário. Esta última baseava sua simbologia não em instrumentos ligados à arquitetura, como os maçons, e sim em instrumentos ligados às florestas e às pedras, como o carvão e algumas espécies da flora das florestas europeias.

Encerrando esta compilação de obras didáticas, deixamos para o final o comentário a respeito da obra de Alexandre Alves (2010), apenas para deixar assinalado que, quanto a este autor, nada foi encontrado nos três volumes que compõem a coleção didática de sua autoria. Não há qualquer referência à Maçonaria em toda a coleção analisada.

### **Considerações finais: Foucault e a ordem do discurso.**

“Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” (FOUCAULT, 1996, p. 44).

Michel Foucault nos alerta para a construção de uma *ordem do discurso*, criada no âmbito da escrita e da construção dos sentidos desta. Analisando as obras didáticas aqui apresentadas, percebemos que uma interdição se manifesta. Ao suprimir da escrita da história a instituição maçônica enquanto *locus* de atuação de forças políticas em diversos momentos da história nacional, ocorre um apagamento do entendimento político, na acepção original do termo, enquanto assunto da *pólis*, através de um sistema de exclusão. Há que se manifestar, nesse sentido, uma *vontade de verdade* que assume a tarefa de resgatar dos porões da História a maçonaria enquanto *sociedade de discurso* (op.cit. p. 40), elaboradora de doutrinas transformadoras do social em que historicamente se insere. A Educação é o instrumento pelo qual todo indivíduo pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, rompendo com o que permite e o que impede o acesso ao que a sociedade entende como “o secreto”, o *murmúrio das coisas ditas à meia-voz* (op.cit. p. 76).

Tentamos aqui realizar uma reflexão sobre a ciência histórica, visando explicitar seus pressupostos didáticos. Por outro lado, a Didática da História, ao se afastar do processo de pedagogização do ensino e se vincular à Ciência da História, entende o ensino de História como o processo pelo qual se busca ampliar e complexizar o pensar histórico humano. Ela se volta, assim, para os conceitos epistemológicos da História da Educação e para as reflexões sobre a práxis historiográfica, visando ampliar a capacidade dos homens de compreender e explicar, de algum modo, historicamente, a sociedade em que vive.

Enfim, o que se objetivou neste trabalho foi o resgate da participação da instituição maçônica nesta sociedade, com vista a melhor compreender seus acontecimentos históricos. Afinal, “os

*discursos não podem ser aceitos senão quando providos da função autor (...) De onde ele vem, quem o escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projeto. O sentido que lhe é dado, o status ou o valor que nele se reconhece depende da maneira com que se responde a essas questões.”* (FOUCAULT, 2001, p.276).

Encerramos este trabalho não com uma conclusão, mas com uma proposta aos futuros autores didáticos. Consideramos que essa articulação envolve também uma tarefa política situada no campo das relações entre escola e universidade, que poderá ser objeto, inclusive, das discussões a serem travadas no futuro. Citando Roland Barthes, em *O prazer do texto*, propomos aqui uma idéia: “*Idéia de um livro no qual estaria entrançada, tecida, da maneira mais pessoal, a relação de todas as fruições: as da “vida” e as do texto, no qual uma mesma anamnese captaria a leitura e a aventura.*” (BARTHES, 1973, p. 176).

Este hipotético livro deveria ter a pretensão, utópica, reconhecemos em princípio, de abarcar os projetos dos diversos grupos, dentre os quais também se insere a maçonaria, que se constituíram na busca pela construção de um novo imaginário social em suas épocas, resgatando uma história “viva” que está, ainda, se escrevendo. Neste percurso, que fique claro, não se propugna pela elaboração de uma história totalizante, mas sim, posicionamos-nos contra o apagamento de uma fatia relevante para o entendimento dos motores da história humana. A busca deste entendimento pode ser caminho profícuo para o intento de compreender o movimento das políticas educacionais e os engendramentos que acusam as permanências e as transformações, que forjam práticas, trajetórias e sujeitos no tempo e espaço historicamente determinados.

Em prol deste entendimento didático melhor elaborado, encerramos com uma reflexão final, ao “estilo maçônico”, de Roland Barthes:

“Na cena do texto não existe ribalta; não há por detrás do texto ninguém ativo (o escritor) nem diante dele ninguém passivo (o leitor); não há um sujeito e um objeto. O texto prescreve as atitudes gramaticais: é o olho indiferenciado de que fala um autor excessivo, Angelus Silésius: “O olho com que eu vejo Deus é o mesmo olho com que ele me vê.” (op. cit., p. 140).

## Referências:

AGULHON, Maurice, *Pénitents et Francs-Maçons de l’Ancienne Provence*, Fayard, Paris, 1984.

ALVES, Alexandre. *Conexões com a História*. 1ª Ed., SP, Moderna, 2010. 3 Vol.

AZEVEDO, Gislane Campos. *História em movimento*. 1ª Ed., SP, Ática, 2010.

BARATA, Alexandre Mansur, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora, UFJF, 2006.

BARTHES, Roland. 1973. *O Prazer do Texto*. SP: Perspectiva.

BERUTTI, Flávio. *Caminhos do Homem*. Curitiba, PR, Base, 2010. 3 Vol.

CAMPOS, Flávio de. *A escrita da história*. SP, Escala, 2010. 3 Vol.

CASTELLANI, José e CARVALHO, William A. *História do Grande Oriente do Brasil. A maçonaria na história do Brasil*. São Paulo, Madras, 2009.

COTRIM, Gilberto. *História global*. 1ª Ed., SP, Saraiva, 2010. 3 Vol.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História em foco*. SP, Ática, 2010. 3 Vol.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. SP, Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. RJ, Forense, 2001.

*Guia de livros didáticos. PNLD 2012. História*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *História: Geral e Brasil*. Ensino Médio. 1ª Ed., SP, Saraiva, 2010.

MOREL, Marco e SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria. A história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes. *História. Ser protagonista*. 1ª Ed., SP, SM, 2010. 3 Vol.

PELLEGRINI, Marcos. *Novo olhar. História*. 1ª Ed., SP, FTD, 2010. 3 Vol.

REVEL, Jacques. *Las construcciones francesas del pasado. La escuela francesa y la historiografía del pasado*. Buenos Aires, Fondo de cultura económica S.A., 2002.

SANTIAGO, Pedro. *Por dentro da História*. 1ª Ed., SP, Escala, 2010, 3 Vol.

VAINFAS, Ronaldo. *História*. SP, Saraiva, 2010. 3 Vol.

VICENTINO, Cláudio. *História geral e do Brasil*. SP, Scipione, 2010. 3 Vol.

### Notas.

<sup>1</sup> Sobre o conceito de *sociabilidade* aplicado à maçonaria, ver BARATA, Alexandre Mansur, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora, UFJF, 2006.

<sup>2</sup> Recomendamos, dentre muitas outras obras referentes à gênese da maçonaria no Brasil, pela sua pertinência e aprofundamento na pesquisa documental relativa ao tema, CASTELLANI, José e CARVALHO, William A. *História do Grande Oriente do Brasil. A maçonaria na história do Brasil*. São Paulo, Madras, 2009.

<sup>3</sup> Sobre o conceito de “maçonarias”, recomendamos a leitura da obra de MOREL, Marco e SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria. A história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

<sup>4</sup> “A troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes. A forma mais superficial e visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, de interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciado; define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção.” (FOUCAULT, 1996, p. 38-39).